

do período de discussão pública da proposta de revisão do Plano Director Municipal, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção do Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro.

O período de discussão pública, que terá a duração de 44 dias úteis, inicia-se no 16.º dia útil contado da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

A proposta de revisão do Plano Director Municipal de Penafiel, acompanhada do parecer da Comissão Técnica de Acompanhamento e dos pareceres emitidos pelas entidades consultadas no período de concertação, encontra-se disponível, para consulta, de segunda-feira a sexta-feira, entre as 9 horas e as 17 horas e 30 minutos, no Departamento de Gestão Urbanística e nas juntas de freguesia, deste concelho.

As reclamações, observações, sugestões e pedidos de esclarecimento que os interessados entendam apresentar, deverão ser reduzidas a suporte escrito e entregues no Departamento de Gestão Urbanística, ou remetidas por correio registado, endereçado ao presidente da Câmara Municipal de Penafiel, Revisão do Plano Director Municipal, Praça do Município, Penafiel.

Para constar se publica o presente aviso no *Diário da República* e na comunicação social, sendo ainda afixados nos lugares de estilo outros de igual teor.

28 de Julho de 2006. — O Presidente da Câmara, *Alberto Fernando da Silva Santos*. 3000213584

## Edital n.º 136/06

### Loteamento de um terreno

Alberto Fernando da Silva Santos, presidente da Câmara Municipal de Penafiel, faz saber que, António Fernando Coelho Ferreira, apresentou, neste município, em 8 de Abril do ano 2004, um projecto para ser levado a efeito um loteamento num terreno, sito no lugar de Vilar, da freguesia de Marecos, do concelho de Penafiel, inscrito na matriz predial, sob os artigos 148 urbano e 420 rústico, e que o mesmo se encontrará, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, pelo prazo de 30 dias, exposto no átrio do edifício de Departamento de Gestão Urbanística, na sede da junta de freguesia onde se insere loteamento, ou em locais por esta indicado, para efeitos de inquérito público e para apreciação por parte de quem o deseja fazer. Qualquer observação deverá ser dirigida ao presidente da Câmara Municipal, em carta fechada, entregue em mão nos Serviços Administrativos Municipais ou enviada pelo correio, sob registo. Para constar e devidos efeitos, se publica o presente edital e outros de igual teor, que vão ser fixados nos locais públicos do costume.

27 de Julho de 2006. — O Presidente da Câmara, *Alberto Fernando da Silva Santos*. 3000213585

## CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

### Aviso

Para os devidos efeitos se faz público que, por despacho do presidente da Câmara, de 8 de Agosto de 2006, foi nomeada para o lugar de assistente administrativa especialista, do grupo de pessoal administrativo, Maria do Céu Gonçalves Clemente Lopes Crucho, única candidata ao concurso interno geral de acesso para provimento de um lugar de assistente administrativo especialista, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 130, (parte especial) de 7 de Julho de 2006.

O nomeado deverá proceder à aceitação do lugar no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

8 de Agosto de 2006. — O Presidente da Câmara, *Domingos Manuel Bicho Torrão*. 1000304594

## CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO

### Aviso

Nos termos no n.º 1 do artigo 20.º e do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Agosto, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicável à administração local por força do Decreto-

-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, faz-se público que, autorizados por despacho do vereador do Pelouro das Actividades Económicas e Protecção Civil, de 1 de Agosto de 2006, se encontram abertos e publicados em [www.bep.gov.pt](http://www.bep.gov.pt) a partir do 11 de Setembro, e pelo prazo de 10 dias, procedimentos concursais de selecção para provimento dos seguintes cargos dirigentes:

Director de Departamento Municipal de Desenvolvimento de Recursos Humanos;

Director de Departamento Municipal de Finanças;

Director de Departamento Municipal de Património e Aprovisionamentos.

2 de Agosto de 2006. — O Director de Departamento Municipal de Administração de Pessoal, *Ángelo Teles da Rocha*. 3000212865

## Aviso

Em cumprimento do disposto no artigo 21.º, n.º 10, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicável por força do disposto no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, torna-se público que, por despacho do vereador dos Recursos Humanos de 20 de Outubro de 2004, foi nomeada Isabel Maria Coelho dos Santos, licenciada em Economia, para exercer em comissão de serviço, o cargo de directora de Departamento Municipal de Bibliotecas, por possuir vasta e comprovada aptidão e experiência profissional.

## Nota curricular

Licenciatura em Economia (Faculdade de Economia da Universidade do Porto, 1984)

Assessora do quadro privativo da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte.

Tem vindo a desempenhar, desde Novembro de 1998, as seguintes funções na Câmara Municipal do Porto:

Desde Junho de 2003 — directora do Departamento Municipal de Bibliotecas — Direcção Municipal de Cultura (responsável pela administração geral, coordenação e articulação das actividades da Biblioteca Pública Municipal do Porto e da Biblioteca Municipal Almeida Garrett, desenvolvidas no âmbito das Divisões Municipais de Coleções e Desenvolvimento, Rede de Leitura, e Acesso e Extensão Cultural);

De Fevereiro de 1999 a Maio de 2003 — directora do Departamento Municipal de Planeamento e Controlo da Câmara Municipal do Porto — Direcção Municipal de Gabinete de Estudos e Planeamento (responsável por: estruturação do departamento; coordenação da elaboração, apresentação e acompanhamento de todas as candidaturas a financiamentos externos da Câmara Municipal do Porto; selecção, tratamento e divulgação na CMP de informações relativas a oportunidades de financiamento; acompanhamento de *dossiers* comunitários, em particular os relacionados com os fundos estruturais e apolítica de coesão; elaboração dos Planos Plurianuais de Investimento da Câmara; coordenação técnica e apoio ao executivo municipal relativamente à participação do Porto no Comité Executivo da rede de cidades EUROCIDADES; organização de diversos elementos de apoio à presidência da CMP).

Na Comissão de Coordenação da Região Norte ocupou os seguintes cargos:

De Novembro de 1992 a Agosto de 1998 — chefe de Divisão de Programas e Projectos (acompanhamento e ou gestão de programas com financiamento comunitário nos quais a CCRN detinha responsabilidades; acompanhamento de estudos externalizados pela CCRN; elaboração de estudos, pareceres e relatórios diversos; contributos para a formatação do PRONORTE e, em particular, do Sub-Programa (SP) — C — Dinamização Regional e Local (QCA III); coordenação das tarefas de análise técnica das candidaturas regionais ao SP-C; coordenação executiva regional do Regime de Incentivos às Microempresas (Setembro de 1996 a Fevereiro de 1997); promoção da cooperação transfronteiriça interregional; acompanhamento da Comunidade de Trabalho Galiza-Região Norte e dinamização de projectos no âmbito de Iniciativas Comunitárias).

De Abril de 1989 a Outubro de 1992 — técnica superior da Divisão de Programas e Projectos (participação nos trabalhos de elaboração do programa de Desenvolvimento Regional 1990-1993, do programa Operacional da Região Norte 1990-1993, do Programa de